

spn
INFORMAÇÃO

**Manuela Mendonça
por uma Fenprof forte e combativa**



A indesmentível verdade dos números

Para o próximo congresso da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) estão anunciadas duas candidaturas ao cargo de secretário-geral. É com satisfação que manifesto o meu total apoio à candidatura da Manuela Mendonça, apresentada pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e apoiada pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL). Uma candidatura que reúne o apoio dos dois maiores sindicatos de educadores e professores portugueses, que representam 60% dos filiados nos sindicatos da Fenprof. Para contrariar e procurar diminuir a representatividade da candidatura de Manuela Mendonça, há quem argumente que a outra candidatura tem o apoio de quatro sindicatos, que, embora mais pequenos, e possuindo no conjunto um peso de 40%, são igualmente representativos, atendendo ao universo em que desenvolvem a sua actividade.

Mas como o tempo de congresso é também tempo de balanço, gostava de chamar a atenção para o facto de a Fenprof apresentar, no conjunto dos seus sindicatos, uma diminuição do número de sindicalizados relativamente ao congresso anterior (menos 107). Pode dizer-se que esta diminuição não traduz um desinvestimento dos professores na sua Federação, antes se explicando pelo elevado nível de desemprego vivido na classe docente. É verdade! Mas também é verdade que nem todos os sindicatos tiveram o mesmo desempenho entre os dois congressos – no conjunto, os dois sindicatos que apoiam a candidatura de Manuela Mendonça apresentam mais 1.964 sócios (o SPN com mais 680 e o SPGL com mais 1284 sócios).

Relativamente ao último congresso, a Fenprof apresenta uma diminuição do número total de sindicalizados. Mas, neste aspecto, nem todos os sindicatos têm a mesma quota-parte – no conjunto, os dois sindicatos que apoiam a candidatura de Manuela Mendonça (SPN e SPGL) apresentam mais 1.964 sócios...

Haverá melhor maneira de responder à intervenção de Carvalho da Silva no encerramento da 4ª Conferência sobre Organização Sindical da CGTP-IN, realizada Janeiro, quando apelava à sindicalização como meio de aumentar a capacidade de intervenção dos sindicatos? Mais do que palavras, interessam resultados.

Mas, para além do crescimento em número de sócios (uma constante desde a sua fundação), é importante referir a possibilidade de participação proporcionada e estimulada pelo SPN. É assim, também, com Manuela Mendonça – sem filiação partidária, ela protagoniza uma candidatura absolutamente independente, apenas comprometida com a profissão e com a defesa da escola pública de qualidade e democrática.

Da Manuela podemos esperar combatividade, e temos a certeza de uma intervenção qualificada que só a reflexão e o conhecimento aprofundado dos problemas do sistema educativo podem proporcionar. Da Manuela temos a certeza do respeito pela diversidade de opiniões e da preocupação pela busca de consensos capazes de garantir a unidade da Fenprof. Da Manuela – é bom que fique claro! – temos a certeza do respeito absoluto pelas regras democráticas estabelecidas estatutariamente e pela identidade e natureza da Fenprof enquanto “associação de Sindicatos dos Professores”. ▶

Henrique Borges,

Direcção do SPN e secretário nacional da Fenprof

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Foto Capa** Ana Alvim
Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.375 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** n.º 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Pelo reforço da Fenprof

ABEL MACEDO

Coordenador do SPN



ADRIANO FRANGEL

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) está prestes a realizar o seu 9º Congresso. Para trás ficam 24 de anos de permanente implantação no seio dos professores, representando-os como nenhuma outra organização, lutando pela defesa dos seus direitos, mas também por conquistas importantes para a sua inclusão activa no nosso sistema educativo, procurando sempre a dignificação de uma classe profissional que está, mais do que nunca, na mira da ignorante arrogância do poder político que nos rege.

Não surpreende, pois, que – sabe-se hoje – um dos objectivos estratégicos do actual Governo para levar a cabo a sua brutal ofensiva contra os trabalhadores seja o de tentar anular a nossa Federação, diminuir-lhe drasticamente a sua influência, separá-la dos professores e fazê-la passar aos olhos dos portugueses unicamente como uma força de bloqueio, incapaz de produzir qualquer juízo positivo ao serviço da correcção dos muitos problemas com que se debate a escola portuguesa, preocupada apenas em fazer oposição e desacreditar as políticas em curso.

Tal objectivo, é fácil de compreender, está muito longe de ser atingido. Anulá-la foi impossível, e o próximo Congresso será disso prova eloquente. Diminuir-lhe a sua influência tão pouco foi conseguido, assistindo-se, isso sim, a um reforço de prestígio, traduzido na convergência inédita no nosso país de todas as (muitas) organizações sindicais de docentes que, sob a orientação firme da Fenprof, rechaçaram todas as medidas negativas que Ministério da Educação (ME) e Governo tentaram impor até hoje. Separá-la dos professores é o que se poderia chamar ‘missão impossível’, porque a Fenprof e os seus sindicatos existem desde sempre dessa forma – instalados no seio dos professores, bebendo aí as suas forças, interpretando em cada momento o pulsar mais íntimo da classe docente. Por último, até as desesperadas tentativas de nos afastar da opinião pública, que até surtiram algum efeito nos primeiros tempos, se revelam cada vez mais infrutíferas, sendo que o atabalhoamento do ME e do Governo vem desmentindo os seus actos, o seu discurso de combate a privilégios está hoje desmontado, a moralização das relações de trabalho é hoje claramente vista como encapotada via economicista, poupando ou tentando poupar em tudo o que diga respeito a direitos sociais e garantias do trabalho.

Uma Fenprof reforçada, inequivocamente respaldada num Congresso que aglutina delegados de todo o país – um Congresso que lhe aponte eixos claros de intervenção futura, mas que, ao mesmo tempo, saiba delinear formas de intervenção estratégica para resistir, combater e vencer a tremenda ofensiva que se abate sobre a Escola Pública e a condição docente –, essa será, seguramente, a Fenprof que resultará do próximo Congresso. O facto, iniludível, de existirem duas propostas de configurar o cargo de futuro secretário-geral não tem que, não deve e não pode, beliscar minimamente esse grande objectivo.

Para além do que é essencial aprovar no 9º Congresso, e que é o mais substantivo e determinante – a forma como a Fenprof deve conduzir a sua estratégia para conseguir uma Escola Pública de Qualidade e uma profissão docente dignificada e valorizada –, resta apenas a eleição de um novo secretário-geral, um rosto que suceda a Paulo Sucena (tarefa ingrata, já de si) na liderança de um projecto, que sendo, antes de tudo, um projecto sindical, não deixa de depender fortemente da forma como é alimentado, dirigido e tornado visível para todos.

Esta é a questão, secundária mas importante, que o Congresso tem de enfrentar. E aqui, das duas possibilidades colocadas, o meu entendimento – que o é, também, da Direcção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) – é que a camarada Manuela Mendonça reúne os requisitos essenciais ao desempenho desse importante cargo: coragem, determinação, combatividade, experiência, conhecimento aprofundado da complexidade do sistema educativo e dos desafios que enfrenta, visão abrangente dos problemas, capacidade para alimentar a unidade que sempre foi apanágio da Federação, a partir da pluralidade das representações que convergem nos seus diferentes órgãos de direcção. No fundo, saber aproveitar e valorizar as diversidades para enriquecer o pensamento colectivo e, assim, tornar mais forte a unidade como construção e nunca como imposição.

Um editorial tem sempre um cunho pessoal. É inevitável. Mas este tem que terminar com uma afirmação do colectivo: a Manuela Mendonça é, justificadamente e sem sombra de dúvida, a candidata do SPN. ▀



Aprovadas as regras do concurso para professor titular





Henrique Borges



Calma! Convém esclarecer que é com estas palavras que o Portal do Governo apresenta a matéria em causa. Até parece que estamos perante um diploma que é um verdadeiro poço de virtudes...

É certo que não se pode deixar de salientar algumas alterações presentes no documento final, designadamente na pontuação a atribuir quanto à consideração de alguns cargos, funções ou situações – membro da assembleia, direcção de turma, autoria de manuais, de programas escolares ou de provas de avaliação, coordenação de provas de avaliação ou do secretariado de exames ou direcção de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências – ou a não penalização por faltas ou dispensas legalmente equiparadas a serviço efectivo. Mas estas alterações não podem fazer esquecer tudo o resto, nem toldar a visão sobre o que o Governo e o Ministério da Educação não querem que se veja...

Que fácil é, para os governantes, ignorar que a análise curricular não tem em conta a maior parte do currículo profissional dos docentes, cingindo-se a sete anos escolares e colocando uma pedra sobre anos e anos de dedicação à profissão e de exercício de cargos...

“O Conselho de Ministros de 29 de Março aprovou o regime do primeiro concurso para a categoria de professor titular, um corpo de docentes que visa assegurar a organização das escolas, para promover o sucesso educativo, prevenir o abandono escolar e melhorar a qualidade. A análise curricular é o método aprovado para avaliar as aptidões profissionais dos cerca de 60 mil candidatos. Esta terá como base a análise do currículo, sendo valorizadas as habilitações académicas, a formação especializada, a avaliação do desempenho e a experiência profissional, designadamente o desempenho de funções, o exercício de cargos de coordenação e de gestão e a assiduidade”.

Que fácil é passar uma esponja sobre o desrespeito pelas regras de negociação ou sobre o facto de o concurso não se aplicar aos docentes bacharéis nem aos que beneficiam de dispensa da componente lectiva por motivo de doença – mesmo sendo uma situação que não poderá ter continuidade, por nem estar já prevista na lei...

Que fácil é, também, escamotear que as regras impostas, apesar de alteradas face à proposta inicial, impedirão milhares de docentes do 10º escalão de acederem à categoria de titular, sobretudo na Educação de Infância e no 1º Ciclo...

Que fácil é, ainda, ignorar que não se conhecem as vagas a abrir para os docentes nos 8º e 9º escalões, apesar de o ministério não ter pejo em afirmar que ficarão aquém da dotação (1/3) prevista no próprio Estatuto da Carreira, recentemente publicado...

Que fácil é, para terminar, “esquecer” que o diploma aprovado representa a inaceitável penalização de professores que exercem cargos ou funções de interesse público, designadamente políticos (deputados, autarcas, ...) ou sindicais.

Nós é que não podemos esquecer que na base deste diploma está a divisão da carreira docente em duas categorias hierarquizadas – uma divisão artificial e injustificada que desvaloriza a actividade lectiva, que sempre deverá estar no centro do nosso combate. Esta divisão é, aliás, o alvo de um abaixo-assinado a circular nas escolas, que deverá ser subscrito pelo maior número possível de educadores/professores.

Entretanto, integrada na Plataforma Sindical, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) reuniu com a Comissão Parlamentar de Educação, aguardando-se que venha a ser pedida a apreciação parlamentar do decreto-lei. Também já foram solicitadas reuniões com diversos órgãos de soberania ou instâncias de recurso, tentando a declaração de ilegalidade ou inconstitucionalidade do diploma. ▶

Caos nas contratações de escola

Em anteriores edições, quando ainda se estava perante um anteprojecto de decreto-lei, dizíamos que a proposta do ministério era execrável e que a situação dos jovens professores iria agravar-se significativamente, precarizando ainda mais o seu regime de trabalho. Que bom seria não termos razão!

Em resultado de algumas alterações introduzidas, o anteprojecto eliminava o contrato administrativo de provimento e restringia a aplicação do contrato administrativo de prestação de serviço docente, adoptando o contrato a termo resolutivo como norma, e admitindo, para assegurar necessidades temporárias de serviço docente e de formação em áreas técnicas específicas, o contrato de prestação de serviços (recibos verdes).

Mas já então registávamos como das alterações mais negativas a eliminação do respeito obrigatório pela graduação profissional como critério primeiro de ordenação, dando a cada escola a possibilidade de fixar os seus próprios critérios de ordenação de candidatos. Esta medida, combinada com a extinção de quaisquer mecanismos de reclamação ou de recurso no âmbito do Ministério da Educação, deixava antever que as situações menos transparentes haveriam de acontecer, ficando por saber apenas quais e com que impacto.

Pois bem, não foi preciso muito tempo para se poderem confirmar os piores receios. Após cerca de um mês de aplicação do novo quadro legal, assistimos à abertura de concursos tendo verdadeiros disparates como critérios e, bem pior do que isso, autênticos atentados à transparência e à seriedade com que deveriam pautar todo e qualquer concurso – alguns deles violam claramente o artigo 13º da Constituição, que estabelece o princípio da igualdade.

Espíritos que espantam

A título de exemplo, destacamos alguns dos critérios apresentados, a maioria já detectados em variadíssimos agrupamentos:

- proximidade da residência do candidato com o local de trabalho [em algumas escolas, este é um critério de desempate, mas também surgiu como 1º critério de selecção];
- possuir mais de 15 valores de classificação académica e mais de 1.095 dias de serviço;
- ponderação diferente do tempo de serviço prestado, consoante tenha sido ou não no grupo de docência em que é aberta a vaga;
- continuidade pedagógica no mesmo agrupamento;
- entrevista com um determinado número de candidatos [encontrámos exemplos entre 5 e 10];
- número de faltas nos dois últimos anos [sem distinguir os motivos e sendo este o 1º critério de selecção].

Estes critérios podem ter variantes, como numa escola que assume, sucessivamente, do 2º ao 5º:

- candidato que tenha leccionado, nos dois últimos anos lectivos, no concelho em que se situa a escola;
- candidato que tenha leccionado pelo menos três anos no mesmo grupo;
- entrega de documentos deve ser presencial;
- experiência de docência numa escola do agrupamento.

E há, ainda, o caso de várias escolas que dão prioridade à leccionação (ou residência) no próprio concelho, para, no critério seguinte, privilegiarem também os concelhos limítrofes.

Finalmente, algo que se não estivesse devidamente confirmado até custaria a acreditar. Num agrupamento da região Centro, o órgão de gestão teve a peregrina ideia de divulgar, na página da internet, uma lista de candidatos que incluía os números de bilhete de identidade, de contribuinte e de telefone, bem como a morada e o endereço electrónico dos 1.259 candidatos! Apenas num acto, vários milhares de violações da legislação sobre protecção de dados pessoais... ▶



Ana Alvim

ME novamente condenado

São já mais de meia dúzia as sentenças de vários tribunais que condenam o Ministério da Educação ao pagamento de horas extraordinárias devidas aos educadores e professores pelo exercício de funções em substituição de outros docentes, sendo que três delas foram interpostas, e ganhas, por sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), com o apoio dos nossos serviços jurídicos.

De facto, depois dos tribunais administrativos e fiscais de Castelo Branco, Leiria, Viseu e Porto, foi novamente este último que, em Fevereiro, deu provimento à acção intentada por um associado do SPN.

Aguarda-se agora o trânsito em julgado de cinco dessas sentenças, para que todos os docentes que tenham substituído outros, ausentes, possam requerer o pagamento dessas horas como serviço extraordinário.

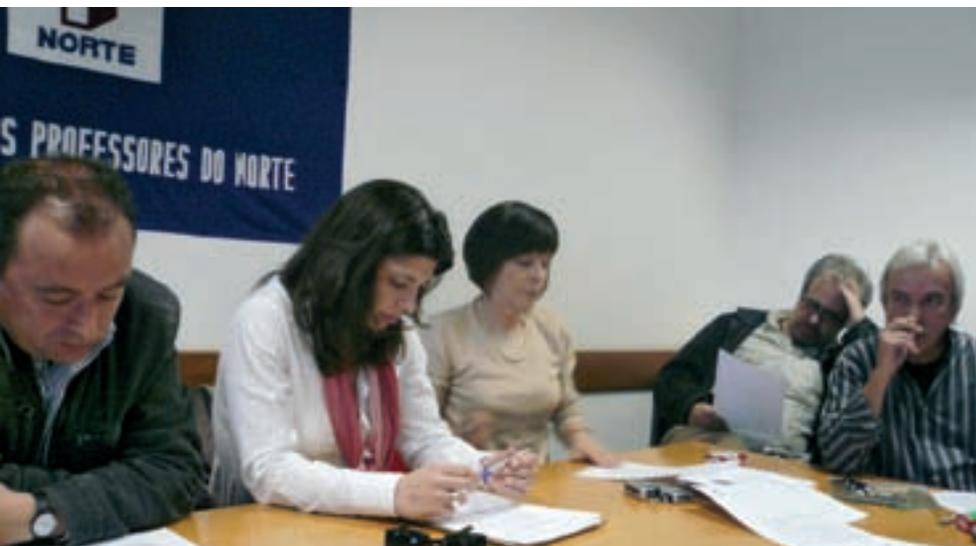
Este tem sido um processo em que o SPN e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) se têm envolvido com determinação, no sentido de ser reposta a legalidade e de ser feita justiça aos muitos e muitos educadores e professores a quem o ME tratou de forma, no mínimo, prepotente.

Entretanto, também recentemente, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou o ME numa outra acção administrativa especial interposta pelo SPN.

Estava em causa um despacho do então director regional de Educação do Norte, proferido em 23 de Dezembro de 2004, que, de forma abusiva e arbitrária, determinava que “as reuniões sindicais para docentes devem realizar-se em horário que não

prejudique os alunos. Os docentes deverão participar dentro das horas de componente não lectiva”.

Na fundamentação jurídica desta sentença, o Tribunal diz, entre outras coisas: “Uma coisa é o horário de trabalho dos professores que se decompõe numa componente lectiva e outra não lectiva, cf. art. 76º e ss. do DL nº 139-A/90 de 28 de Abril, e outra é o horário de funcionamento do serviço, da escola, durante o qual pode ser realizada a reunião e à qual poderão assistir todos os professores, quer estejam dentro do horário da componente lectiva ou dentro do horário de componente não lectiva; é que, se assim não fosse, não faria sentido encontrar-se regulamentada a possibilidade de reunião durante as horas de serviço, já que só poderiam assistir à mesma os professores que estivessem dentro do seu horário de componente não lectiva, e portanto não teriam qualquer efeito prático essas mesmas reuniões.



Henrique Borges

E ofendendo este sentido de interpretação das normas, o acto em apreço é manifestamente ilegal, violando frontalmente as normas regulamentadoras e indirectamente o princípio da liberdade sindical constitucionalmente consagrado (...).”

Assim, o Tribunal anula o referido despacho proferido pelo director regional, uma vez que incorreu em violação da lei, por ilegalmente impedir o direito de reunião e participação nas reuniões sindicais.

E assim vai o ME! De condenação em condenação...

Os professores anseiam pela derrota final. ▶

Aposentados contra o agravamento das pensões

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) tem em circulação um abaixo-assinado, dirigido a José Sócrates e ao ministro das Finanças, em que reclamam do modo como os educadores e professores estão ser tratados pelo Estado – que, diga-se, tem revelado profunda insensibilidade para com todos os aposentados.

Com efeito, os docentes que se aposentaram no 10º escalão não tiveram qualquer aumento em 2007 (uma vez que as suas pensões eram superiores a seis remunerações mínimas mensais) e sofreram agravamentos na taxa de IRS e no desconto para a ADSE, o que se traduz numa “actualização” negativa.

Pelo mesmo motivo, todos os outros docentes aposentados viram as suas pensões líquidas diminuídas em dezenas de euros, pelo que se apela a todos para que subscrevam o referido abaixo-assinado. ▶

candidata a secretária-geral da Fenprof

Manuela Mendonça



Uma perspectiva familiar

Sinto-me muito honrada pela oportunidade de escrever sobre a Manuela, como irmã e grande amiga.

A Manuela sempre foi uma irmã especial. Sendo a do meio, pela idade, distinguiu-se sempre pelo equilíbrio, ponderação, serenidade e conciliação. Não se deixa alterar facilmente, com pequenas questões ou desentendimentos, distinguindo bem o que é mesmo importante do que é apenas passageiro ou supérfluo.

Outra característica que muito admiro nela, é a autenticidade e determinação, fruto de uma personalidade forte, corajosa, esclarecida e livre. Nunca vi a Manuela a encobrir o que pensava, fosse sobre o que fosse, ou a deixar-se subjugar por interesses ou influências dominantes. Muito determinada, mas, ao mesmo tempo, serena e delicada, não feria ninguém, não alimentava guerras inúteis, não guardava ressentimentos. Convencia pela firmeza das convicções, pela franqueza, simpatia e delicadeza.

Quanto ao estudo e ao trabalho, posso testemunhar a sua dedicação exemplar e o enorme sentido de responsabilidade. Não adia compromissos por desleixo, temor ou relaxamento. Sacrifica-se pelo trabalho e pelas obrigações – não contrariada, mas comprometida. Sempre a conheci com a capacidade de conciliar excepcionalmente as obrigações profissionais e de, ao mesmo tempo, responder generosamente às diversas solicitações familiares.

Por tudo isto, compreendo bem a confiança que os professores depositam na Manuela. Estou certa de que ela é uma excelente aposta para a defesa da nossa classe profissional, em prol de uma Escola Pública de Qualidade. ▶

Conceição Mendonça,

sócia do SPN nº 29.743

Esc. Sec. Inês de Castro (Canidelo)

o futuro agora



Manuela Mendonça na apresentação da candidatura

Uma Fenprof forte e combativa, para prestigiar a educação, a escola e a profissão

“Quero começar por vos dizer que, do meu ponto de vista, o mais importante, e seguramente o mais interessante, desta candidatura não é a candidata. São todos os que, de uma forma ou de outra, lhe dão corpo e lhe dão rosto. E é pelo que esta candidatura representa para todos e para cada um de nós que, independentemente do resultado final, esta caminhada vai valer a pena.

Gostava também, no início desta intervenção, de fazer uma breve referência ao meu percurso sindical. Comecei a trabalhar em Dezembro de 1982, sindicalizei-me no ano lectivo seguinte, ano em que vinculei, em Vieira do Minho. Entrei pela primeira vez na sede do Sindicato dos Professores do Norte, para uma reunião, seis anos mais tarde, quando fiz a profissionalização em serviço pela Universidade Aberta. Por uma circunstância completamente aleatória, acabei por me inscrever na comissão de formandos constituída nessa reunião. No ano lectivo seguinte, sem saber muito bem como, tinha entrado para a direcção e já estava a tempo inteiro no sindicato.

O SPN foi para mim um espaço de descoberta, de crescimento, de comprometimento. Foi nos colectivos que integrei que aprendi a valorizar a actividade sindical como uma das actividades mais nobres que existem – pelo que representa de dedicação à causa pública, pela sua acção solidária, combativa e transformadora”.



Adriano Rangel

Duas candidaturas, o mesmo plano de acção

“Mas, apesar de o meu percurso sindical ter sido um caminho muito facilitado pelo apoio permanente e empenhado de camaradas com outra experiência e outra sabedoria, ser candidata ao cargo de secretário-geral da Fenprof foi, para mim, um desafio totalmente inesperado.

Não tendo sido possível uma candidatura de consenso – solução que sempre defendi e em que me empenhei desde o início deste processo –, o que importa sublinhar neste momento é que a existência de duas listas não representa qualquer fractura ao nível do projecto sindical da Fenprof. As duas listas, embora propostas por diferentes direcções sindicais, vão defender no Congresso o mesmo Plano de Acção, aprovado por unanimidade no Secretariado Nacional.

Espero que a discussão em torno das duas candidaturas não prejudique o debate que o 9º Congresso terá que realizar em torno dos problemas que afectam hoje a educação e a profissão docente.

No primeiro plano, avultam, entre outros, o elevado insucesso e abandono escolares, as baixas qualificações académicas dos portugueses, o agravamento de situações de indisciplina e violência nas escolas, as fortes restrições orçamentais no Ensino Superior, a insuficiente cobertura da rede pública da Educação Pré-Escolar, a falta de apoio especializado para milhares de alunos com necessidades educativas especiais.

No segundo plano, ressaltam, como questões centrais, o ECD recentemente imposto pelo ME/Governo, cuja revogação é uma exigência inadiável, a definição de novos estatutos para os ensinos universitário e politécnico e a situação dramática de desemprego e precariedade em que se encontram largos milhares de docentes, só compreensível à luz de uma política que, em vez de *dar mesmo prioridade à educação*, é dominada por critérios essencialmente economicistas”.

Aliar combatividade e intervenção qualificada

“Na esteira do que tem caracterizado o projecto sindical da Fenprof, esta candidatura é sustentada numa visão ampla de sindicalismo, que alia a combatividade, a acção e a luta a uma intervenção sindical qualificada, reflexiva, dirigida a um sistema educativo que cumpra o objectivo último de democratização plena da Escola.

No contexto político actual, a vertente da luta reivindicativa é fundamental para obrigar à inversão das políticas anti-sociais deste Governo, que têm tido uma expressão particularmente grave na área da Educação, onde a classe docente tem sido alvo de um ataque sem precedentes à sua dignidade profissional. A mobilização, acção e luta que estão na base do projecto sindical da Fenprof assumem hoje uma importância acrescida face à arrogância e prepotência que têm marcado a actuação política do actual Governo e do partido que o sustenta.

É, também, neste contexto que importa articular respostas, no âmbito da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e da CGTP, visando a defesa dos direitos dos trabalhadores – ao emprego, à estabilidade profissional e a carreiras dignas –, mas também o direito de todos os cidadãos a serviços públicos de qualidade, que por razões de equidade e de justiça social são essenciais à democracia.

Face às tentativas do poder político de isolar os sindicatos dos professores, rotulando-os de conservadores e corporativos, importa demonstrar a importância da dignificação e valorização da profissão docente como condição para a qualidade da educação e para a melhoria da Escola Pública. É iluminando o sentido que tem norteado a acção da Fenprof, e as suas propostas concretas para as várias áreas do sistema educativo, que será possível tornar claro que a luta que os professores têm desenvolvido não é uma luta corporativa. É uma luta por uma Escola melhor, por uma Educação com mais qualidade, por um país mais desenvolvido. E, por isso mesmo, é também uma luta dos restantes parceiros educativos e da sociedade portuguesa no seu conjunto”.



Adriano Rangel

Cimentar a unidade na diversidade

“Esta é uma candidatura que se posiciona com inteira fidelidade aos Estatutos da Fenprof, que consagram a independência sindical como garantia de autonomia face ao Estado, às entidades patronais e aos partidos políticos. A orientação da acção da Fenprof é determinada por critérios estritamente político-sindicais e é definida na base do funcionamento democrático dos seus órgãos estatutários.

Espero que quem quer que venha a ser eleito para o cargo de secretário-geral possa contar com todos, num espaço sindical que é plural, para que seja possível continuar a cimentar a unidade da Fenprof na sua diversidade. É este o nosso propósito. É esta a garantia que podemos dar a todos os que constroem o dia-a-dia da nossa Federação.

Com uma candidatura abrangente, plural, solidária e combativa, vamos dar o nosso contributo para que a Fenprof saia deste congresso reforçada como a mais representativa e a mais prestigiada organização de professores e educadores deste país.

Os professores e a educação exigem-no e merecem-no!” ▶



Manuela Mendonça

Nasceu em Murça, há 46 anos. Vive no Porto, é casada e mãe de dois filhos.

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (Estudos Ingleses e Alemães) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, fez a profissionalização em serviço pela Universidade Aberta e concluiu o Curso de Estudos Superiores Especializados em Administração Escolar na Escola Superior de Educação do Porto. É professora do quadro da Escola Secundária Augusto Gomes (Matosinhos).

Faz parte da Direcção, da Comissão Executiva e do Secretariado do SPN. É membro do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional da Fenprof, onde coordena o Departamento da Representatividade Sindical e o Grupo de Trabalho da Gestão e Avaliação das Escolas.

Persistência e determinação. Por um projecto político-sindical aprofundado e com prestígio reforçado

Escrever um depoimento de apoio à Manuela Mendonça sobreleva, para mim, a mera consideração e ponto de vista sindicais. Vi-a crescer com o Sindicato dos Professores do Norte e vi o sindicato crescer com ela, fruto do rigor da sua reflexão, da preocupação persistente por uma intervenção fundamentada e da sua grande combatividade, que a faz encarar qualquer desafio de forma determinada, como se fosse sempre o último.

A nossa relação é de trabalho, mas também de amizade, e é em nome desta relação que quero, a propósito da sua candidatura a secretária-geral da Fenprof, afirmar, sobretudo, a minha confiança.

Confiança de que, com a Manuela, nunca estará em causa o projecto político-sindical da Fenprof, antes a certeza de que esse projecto será aprofundado, ganhando a Federação um peso e prestígio reforçados, assumindo cada vez mais a sua essência de organização de defesa intransigente dos direitos dos professores, mas também de organização ancorada na sociedade portuguesa, intervindo mais e melhor por forma a marcar a agenda política educativa.

Confiança de que muito daquilo que faz da Fenprof a maior organização sindical docente, na qual confiam e estão representados 70.000 docentes, se irá manter: a grande ligação às escolas, a preocupação permanente de articular o campo negocial com o campo da luta de massas, fundamental para que se criem as condições objectivas e subjectivas para conseguir vitórias políticas e sindicais.

Confiança de que, ao serviço deste projecto, a Manuela saberá assumir o seu papel de coordenadora de equipa como sempre o assumiu, auscultando de forma atenta todas as opiniões e sabendo integrá-las de forma equilibrada na síntese necessária.

Confiança de que, com a Manuela, a Fenprof saberá estar à altura do seu património de luta, de reflexão, de proposição, de intervenção qualificada e respeitada, em particular no campo educativo, o que passa, no contexto actual, por assumir cada vez mais um discurso e uma acção para fora do campo específico dos professores, desenredando a teia que o Poder procura tecer em torno do movimento sindical docente, procurando remetê-lo para o campo estreito do "corporativismo".

Todos temos uma palavra e uma responsabilidade no difícil momento que atravessamos. Em nome dessa responsabilidade, que, para mim, tem sempre um sentido ético, reafirmo o meu apoio inequívoco à candidatura da Manuela Mendonça a secretária-geral da Fenprof. ▀

Adriano Teixeira de Sousa,

*Direcção do SPN,
secretário nacional da Fenprof*



Adriano Rangel



Diálogo e reflexão conjunta. Para uma Fenprof ainda mais forte, unida e combativa

Antes de referir qualquer candidatura a secretário-geral de Fenprof, por mais natural que se autoproclame, considero que o que tem de ser verdadeiramente natural para todos os professores, e deve ser desdramatizado, é a existência de duas candidaturas.

Aliás, uma das principais razões por que apoio a candidatura da Manuela Mendonça é, precisamente, por entender que a unidade que ela sedimentará na Fenprof se firma e enriquece na diversidade e pluralismo de opinião e de participação.

Creio que, pelas suas qualidades de sindicalista e professora empenhada, pela sua firmeza, pela sua capacidade de acção suportada na reflexão crítica, pela força das suas convicções, a Manuela e a sua candidatura estão nas melhores condições para dirigir com eficácia a acção da Fenprof, designadamente nos momentos difíceis que a profissão atravessa, com um ECD fortemente penalizador e desmobilizador imposto pelo Ministério da Educação.

Distintivo da sua candidatura, e que considero imprescindível, para além da necessária capacidade de intervenção, é a sua capacidade de ouvir, de tomar em consideração a opinião dos outros, de procurar construir uma posição colectiva através do diálogo e da reflexão conjunta.

Aí, a distinção é clara, pois se o outro candidato, de algum modo, também tem essas qualidades, elas faltam de todo à sua candidatura, que considero espartilhada em certezas e verdades adquiridas que, muito rapidamente, tenderiam a isolar a Fenprof, quer perante um elevado número de professores e educadores, quer socialmente e perante a opinião pública.

É, pois, certo de que com a Manuela Mendonça a Fenprof será ainda mais forte, unida e combativa, que lhe manifesto o meu apoio. ▀

Óscar Soares,

vice-presidente do SPGL,

secretário nacional da Fenprof



Rigor e competência. Os melhores negociadores nem sempre são os que falam mais alto

Ana Alvim

A minha participação nos congressos da Fenprof, como sua dirigente, remonta ao segundo congresso. Assim, fui-me habituando a que, embora com algumas dificuldades, próprias de uma organização democrática, o Secretariado Nacional sempre tivesse conseguido apresentar-se a congresso com uma só lista e com um único candidato ao cargo de secretário-geral.

O 9º Congresso será, assim, o primeiro em que vamos estar confrontados com dois candidatos e, consequentemente, com pelo menos duas listas ao Conselho Nacional.

A situação, por si só, não tem qualquer gravidade do ponto de vista da democracia interna. Mas confesso que não é fácil para muitos de nós ter que fazer uma opção entre dois camaradas de quem somos amigos, com quem travámos duras lutas sindicais em torno dos mesmos objectivos e sempre em defesa dos educadores e professores, com quem nos habituámos a partilhar sucessos, mas também a dividir frustrações.

Mas o desafio está colocado, e é necessário, sem dramatismos, saber dar-lhe resposta!

Na parte que me toca, tenho uma dificuldade acrescida, mas também sem qualquer drama quero e vou superá-la. Apoio, clara e inequivocamente, a Manuela Mendonça, mesmo quando a Direcção do meu sindicato (Sindicato dos Professores da Madeira) apoia maioritariamente a outra candidatura. Faço-o sem o menor sentimento de deslealdade, de desrespeito ou ruptura com as decisões da Direcção do meu sindicato.

Apoio a Manuela Mendonça, porque defendo um novo modelo de sindicalismo. Um sindicalismo capaz de responder, eficaz e coerentemente, aos novos e enormes desafios que um novo e diferente tecido social e político coloca, actualmente, às escolas, aos educadores e aos professores.

Apoio a Manuela Mendonça, porque este novo modelo de sindicalismo que defendo exige negociadores rigorosos e competentes em todos os domínios da política educativa. É este rigor e competência que reconheço à Manuela Mendonça e que fará da Fenprof uma nova e mais actualizada estrutura sindical.

Apoio a Manuela Mendonça, porque reconheço que os melhores negociadores nem sempre são os que conseguem falar mais alto, mas aqueles que conseguem fazê-lo com igual ou superior nível de conhecimento das questões em debate. ▀

Rita Pestana,

*presidente da Mesa da Assembleia Geral do SPM,
presidente do Conselho Nacional da Fenprof*

Nestes conturbados tempos em que vivemos, a maior federação de professores e educadores portugueses apresta-se para realizar o seu 9º Congresso. Num clima perfeitamente hostil aos profissionais da educação, graças à acção despudorada do governo de Sócrates, que tem sabido manipular vastos sectores da opinião pública, acusando de forma hipócrita e injusta os professores de serem os responsáveis dos males que, desde há muito, afligem o sector da educação, e no rescaldo da publicação de um novo Estatuto da Carreira Docente altamente penalizador para todos nós, logicamente que os ânimos se encontram profundamente exaltados perante tanta injustiça que sobre todos nós se abateu.

É neste contexto de sentimento de raiva e frustração que os professores portugueses, do Minho ao Algarve, das Ilhas ao Estrangeiro, se irão reencontrar para debater em conjunto os problemas que nos afligem, sendo uns de âmbito geral e outros mais específicos, por via das conjunturas regionais ou mesmo internacionais.

Mas este 9º Congresso também servirá para marcar a passagem de testemunho na liderança da Fenprof, face à mais do que merecida retirada do nosso secretário-geral, Paulo Sucena, recentemente aposentado. Uma nova liderança que se pretende dinâmica, ponderada e o mais abrangente possível. A minha longa experiência nestas andanças sindicais, nomeadamente com 13 anos de participação activa e intensa em reuniões do Secretariado Nacional, Conselho Nacional, grupos de trabalho, fóruns, congressos, cimeiras, encontros, debates, colóquios, seminários, etc., permitiram-me conhecer na sua plenitude a camarada, amiga e ilustre dirigente do SPN, Manuela Mendonça, pela qual nutro um grande respeito, estima e singela admiração, pelas suas inúmeras e intrínsecas qualidades profissionais, sindicais e humanas.

As suas multifacetadas aptidões têm sido amplamente demonstradas ao longo destes anos de vida e intervenção sindical, revelando sempre uma postura que nunca me canso de realçar e demonstrando sempre atributos reveladores de uma personalidade inquebrantável e de uma argúcia espantosa, que por várias vezes tive oportunidade de comprovar. Aliando uma grande capacidade de trabalho a uma postura de tolerância pelas opiniões dos outros, mesmo quando divergentes das dela, esta notável dirigente da Fenprof reúne, na minha opinião, um conjunto de inegáveis qualidades que a capacitam para o desempenho das funções de secretária-geral em grande nível, na esteira daquilo que o Paulo Sucena foi ao longo destes anos.

Mulher com grande sentido de ponderação, muito habituada a trabalhar em equipa, conhecedora profunda dos problemas da educação e das escolas, transmite uma imagem de grande seriedade e isenção, na qual os professores e educadores decerto se revêm.

Aduzidas estas razões, e após alguma ponderação, decidi em plena consciência apoiar a candidatura da Manuela Mendonça a secretária-geral da Fenprof, o que aliás faço com imenso prazer, formulando, desde já, votos de que seja bem sucedida nesta tarefa tão importante para todos nós. ▶



Nuno Maciel,
Direcção do SPRA

**Capacidade
de trabalho
e tolerância.
Para uma
liderança dinâmica,
ponderada
e abrangente**

Combatividade e perseverança. Por uma intervenção sindical mais exigente e mais ampla

Vivemos, enquanto professores, num tempo de encruzilhadas. Um tempo que exige que assumamos um maior protagonismo na definição de uma agenda, que o Ministério da Educação (ME) tem vindo a determinar, o qual deverá corresponder à expressão de uma estratégia de acção sindical mais proactiva e abrangente.

Não se discute a necessidade de manter uma oposição firme e perseverante face à política educativa adoptada por uma dada equipa ministerial; o que se discute são os sentidos e os termos dessa oposição. Isto é, se as decisões do ME têm que ser contestadas por parte das organizações sindicais, denunciando-se o impacto de um Estatuto da Carreira Docente que irá afectar negativamente as condições do exercício da acção educativa dos professores, importa, no entanto, não restringir essa contestação a uma contestação meramente corporativa. Hoje, há que entender que a afirmação de um novo tipo de profissionalidade docente, em função da qual se espera que o trabalho dos professores possa ser socialmente reconhecido e culturalmente valorizado, deverá ser enquadrada no investimento a realizar, por esses professores, pelo ME e por outros actores educativos, na construção de uma Escola Pública culturalmente mais significativa, socialmente mais justa e politicamente mais democrática.

Não é, então, uma tarefa fácil aquela que a Fenprof tem que assumir, porque nem os problemas que se colocam, hoje, aos professores são objecto de um único tipo de leitura e de interpretações consensuais, nem tão pouco nos encontramos perante um conjunto de iniciativas sindicais com resultados visíveis e imediatos. Acredita-se, no entanto, que se trata de uma intervenção necessária, a partir da qual a reflexão e o trabalho dos professores podem vir a adquirir uma maior visibilidade e credibilidade públicas.



Adriano Rangel

É face a um objectivo tão ambicioso que a questão da sucessão do secretário-geral da Fenprof adquire, hoje, particular importância para o movimento sindical dos educadores e dos professores portugueses. Uma sucessão que não se compadece com a afirmação de que existem candidatos naturais para assumir aquele cargo, já que muito mal estaríamos se, no seio de uma federação sindical tão prestigiada como a nossa, houvesse apenas uma opção possível para assumir esse cargo. E se não nos perturba a existência de várias candidaturas ao lugar deixado vago pelo Paulo Sucena, isso não significa que não possamos afirmar o nosso apoio à candidatura da Manuela Mendonça, o qual decorre do reconhecimento de que esta nossa colega possui as qualidades pessoais e a experiência sindical necessárias para se candidatar e, posteriormente, assumir as responsabilidades inerentes ao cargo.

A Manuela Mendonça é uma sindicalista com provas dadas ao longo de muitos anos de dedicação à causa da Educação em geral e da acção sindical em particular, capaz de estabelecer consensos e de congregar esforços; uma sindicalista combativa, madura e perseverante, cujas intervenções, em inúmeros momentos e em contextos diversos, quer no seio do SPN, quer na colaboração com outros sindicatos que integram a Fenprof, viu sempre ser reconhecida a sua reflexão e intervenção pela qualidade e sentido estratégico das mesmas. Acreditamos, por isso, que esta mulher, companheira de muitas jornadas, pode vir a coordenar uma intervenção sindical mais exigente, mais complexa e mais ampla; uma intervenção que, como atrás defendemos, possa constituir um instrumento ao serviço da dignificação profissional e da credibilização social dos educadores e dos professores portugueses. ▀

Ariana Cosme e Rui Trindade, Direcção do SPN (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Univ. Porto)

Maturidade profissional e sindical. Dar rosto às exigências de uma comunidade forte e coesa

Num contexto sócio-político marcado pelo desrespeito, e mesmo agressão, à dignidade profissional dos professores e, nessa medida, sombrio no que se refere à valorização da escola pública, precisamos de um sindicalismo forte, estrategicamente combativo e verdadeiramente ancorado no compromisso social da profissão docente.

Subordinada a princípios de responsabilidade social, a agenda profissional dos professores não pode ficar refém da agenda política de um qualquer governo, desenvolvida numa lógica meramente reactiva, em resposta a prioridades que intencionalmente ignoram a especificidade, o valor e a autoridade profissional dos docentes.

Porque acredito que não é possível ter mais e melhor educação, mais e melhor desenvolvimento, sem estimar, respeitar e valorizar a instituição escola, reconhecendo e apoiando os profissionais que a servem; porque acredito que é preciso dar mesma prioridade à educação, prestigiar a escola e a profissão docente; apoio a candidatura da colega Manuela Mendonça à liderança da Fenprof, considerando que, pela sua maturidade profissional e sindical, ela é a pessoa que melhor se encontra em posição de personificar, de dar rosto, às exigências de uma comunidade profissional forte, sintonizada com a sociedade de que é parte integrante, orgulhosa da sua identidade, solidariamente coesa e, como tal, capaz de enfrentar as exigências de combate político-sindical neste tempo difícil. ▶

Isabel Baptista, Direcção do SPN
(Faculdade de Educação e Psicologia, Univ. Católica)



Adriano Rangel

Inteligência e discrição. Pela unidade na acção, sem dramas apocalípticos nas opções sindicais

Tenho pugnado, oralmente e por escrito, pela unidade na acção nas várias frentes de luta social e política. Mais, assumo que a superação da crise e das divisões nas esquerdas terá de passar pelo debate teórico, por novos modelos e práticas organizativas, afastando-se de uma concepção instrumentalista do sindicato e de uma fraseologia “revolucionária”, mas incapaz de ler os novos tempos e apontar soluções para velhos e novos problemas.

Circunscrevendo-me à classe sócio-profissional dos professores, hoje, face às sucessivas investidas da tutela – cada vez mais autista e apostada na divisão da classe –, impunha-se, sobremaneira, uma estratégia de unidade, incluindo a eleição do(a) secretário(a)-geral da Fenprof. Gorados os esforços neste sentido, emergem duas candidaturas: Mário Nogueira e Manuela Mendonça.

Não há drama, porém. A Fenprof, como grande alavanca sindical, tem no seu seio os meios de resolver democraticamente tais situações, como já o fez no passado. Aceitemos, pois, o debate de ideias e até – porque não? – o perfil dos candidatos, mas com lisura de processos.

Dizem alguns que a Manuela Mendonça não tem carisma!... Mas o que significa isto nos tempos de hoje, no quadro de uma democracia plural e de um Estado de Direito? Da tipologia weberiana em torno dos três tipos de autoridade e legitimidade – carismática, tradicional e legal –, a primeira, +

e sobretudo a segunda, mesmo imbricando-se com a terceira, não colhem num Estado de Direito. Estamos longe da época áurea de “chefes tradicionais visionários e intocáveis” ou “carismáticos excepcionais e insubstituíveis”, consagrados ex-ante ou ratificados em votação “litúrgica”!

Ora, nos antípodas de tal perfil, temos uma mulher camarada que conhece bem a profissão e a situação dos professores, assim como o sistema de ensino em várias vertentes, inteligente mas discreta, que sabe não só ouvir e respeitar as diferenças, mas também analisar e intervir de modo incisivo e acutilante, mesmo sem os holofotes da televisão. Temos uma mulher relativamente jovem, mas politicamente madura e forjada em inúmeros combates – não está na ordem do dia, em círculos “da” verdadeira e ortodoxa linha, que importa renovar as gerações e estimular a entrada das mulheres na linha da frente?

Uma outra insidiosa ‘mensagem’ – que se configura como baixo e rasteiro truque – tem sido o boato de que a Manuela Mendonça seria um instrumento do PS neste combate! Na Fenprof e seus sindicatos, obviamente, todos os professores, enquanto membros (ou não) de partidos políticos aceites na ordem constitucional vigente, devem poder sentir-se na sua grande casa sindical. Quem conhece de perto a Manuela sabe de que lado e em que campo se posiciona: o da defesa indefectível dos interesses dos professores.

Como dirigente sindical do Departamento do Ensino Superior pude testemunhar intervenções informadas da Manuela, como mulher combativa e defensora das nobres causas sindicais. Por isso, havendo duas listas, eu voto na lista encabeçada pela Manuela Mendonça. E, seja qual for o resultado, que a unidade prevaleça sobre toda e qualquer deriva sectária ou divisionista. ▶

Manuel Carlos Silva, dirigente do SPN,
comissão coordenadora do Departamento do Ensino Superior da Fenprof

Firmeza e determinação. Delegados ao congresso vão pôr a Fenprof em boas mãos

Grande momento este, para a vida (e para a história...) do sindicalismo docente em Portugal!

Vamos realizar o 9º Congresso e escolher os novos dirigentes da Fenprof! E o momento é grande porque temos todas as possibilidades de abrir as portadas de par em par e deixar entrar uma lufada de ar fresco!...

É este o momento! Assim o exige a difícil luta que temos pela frente, contra um ministério apostado em descaracterizar a carreira docente, ferindo a nossa dignidade.

E a Manuela Mendonça é a pessoa certa! Com uma equipa que tenha como objectivo conduzir a acção dos educadores e professores segundo os princípios de um sindicalismo autêntico, independente, plural, realista e combativo, ela será a pessoa certa.

A Manuela Mendonça tem inegáveis qualidades intelectuais e humanas, é firme e determinada, sabe ouvir e tem a experiência que o trabalho junto das escolas lhe conferiu ao longo de todos estes anos (e como eu gosto de saber que a Manuela, se não está a trabalhar no sindicato, está nas escolas com os professores, e não em permanentes tarefas ou reuniões partidárias ao mais alto nível...)



Adriano Rangel



Conheço-a desde que entrou para a Direcção do SPN e, desde aí, nunca deixei de acompanhar o seu trabalho. Li o que escreveu, apercebi-me da sua personalidade marcada e, principalmente, ouvi o que disse e como argumentou, muitas das vezes em reuniões sindicais na minha escola. Vi como conseguiu convencer os mais renitentes e mobilizar os mais desanimados.

Conto com a Manuela Mendonça, acredito que ela é a melhor solução para a Fenprof e dou-lhe, portanto, o meu voto de confiança.

(Calo para mim, ou confesso apenas num murmúrio, a sensação boa de ver uma mulher à frente da maior organização do sindicalismo docente em Portugal...)

Escolher a Manuela Mendonça é optar pela união contra a divisão, é garantir que a Fenprof fica nas mãos dos educadores e professores, fica nas nossas mãos, sem dependências nem tutelas!

Sei que os professores, e em particular os delegados ao Congresso, vão fazer a escolha certa: pôr a Fenprof em boas mãos! ▶

Ana M^a Brito Jorge, Sócia do SPN n.º 18

Clareza de análise e honestidade. Por uma Fenprof mais forte, plural, autónoma e democrática

Só uma Fenprof que seja amplamente uma casa comum dos educadores e dos professores portugueses saberá responder aos tempos difíceis que vivemos. Quanto mais plural, autónoma e democrática, mais forte será a Fenprof. É uma condição que determinará o futuro da nossa Federação, trabalho nunca terminado, mas que urge cuidar e aprofundar.

Se só alguns, acantonados num determinado sector da sociedade, se revirem na Fenprof, assistiremos inexoravelmente ao seu definhamento. Sei que a acção da Manuela Mendonça como secretária-geral contribuirá para evitar o risco de enquistamento e sectarismo. Sei-o, porque a conheço. Ter trabalhado com ela na Fenprof, nomeadamente no Grupo de Trabalho da Gestão e Avaliação das Escolas, permite-me dizer isto inequivocamente.

Entre as várias qualidades, que outros já testemunharam, quero realçar a sua profunda honestidade intelectual. E, já agora, o respeito essencial pelo outro.

Pude apreciar, tanto no Conselho Nacional, como em várias outras intervenções, inclusive na zona sindical a que pertenço, que a voz da Manuela Mendonça é uma voz autorizada e escutada. Que se destaca pela clareza de análise e pela síntese feliz, pela abordagem reflectida e consistente, longe de clichés acéfalos e do “sindicalês” que não pega.

Obrigado, Manuela, por protagonizares a possibilidade de uma mulher chegar ao mais alto cargo da organização mais representativa dos docentes portugueses, sem necessidade de quotas – simplesmente pelo reconhecimento das tuas qualidades enquanto pessoa e enquanto dirigente sindical. ▶

*José Pinheiro,
Direcção do SPZS*

Mudar para melhor, mudar para mulher!

O sindicalismo docente tem épocas. Passávamos de uma época a outra como quem faz uma viagem sem retorno. Uma vez assim pensávamos. Outras vezes, ouvíamos acima de tudo os que gritavam que nada muda e nos congelavam na época do sempre foi assim e nunca há-de mudar, nem a situação nem a luta contra a situação. Como se a luta contra a situação fosse uma das bases da situação. A luta continua a mesma? Há quem diga isso e assim mesmo. Sem mais. Coisa nenhuma é a alternativa de que fala quem convoca a mesma luta de sempre para as novas situações e para as mudanças.

É bom e clarificador para a Federação Nacional dos Professores que Mário Nogueira seja candidato a Secretário-Geral, ainda que fora de época. Mau será que Mário Nogueira chegue a Secretário-Geral já que isso significaria o domínio do movimento por uma corrente minoritária, conservadora e reaccionária. Que tenha chegado a vez e a voz das mulheres para a liderança da Fenprof é muito bom e que seja a Manuela Mendonça a candidatar-se para ser Secretária-Geral. E que seja Secretária-Geral! Nunca foi tão fácil ter opinião. ▶

Arsélio Martins, Sócio do SPN nº 36.693,
Esc. Sec. José Estêvão (Aveiro),
ex-dirigente do SPRC



Adriano Rangel

Transformar os partidos em correias de transmissão dos sindicatos

A Fenprof é um caso único no sindicalismo português. Se me perguntassem porquê, dificilmente daria uma resposta acabada. Mas pensaria na intensidade e combatividade demonstradas na acção reivindicativa em torno da valorização da profissão docente; no grau de preocupação e na qualidade da reflexão sobre a melhoria do sistema educativo; na quantidade de informação que fornece aos sócios e não sócios; no trabalho de ligação às escolas e no esforço de integração dos professores na discussão dos seus problemas profissionais; na solidariedade e participação em todos os movimentos sociais que teimam em acreditar que um outro mundo é possível; no nível de democraticidade interna dos seus processos de decisão e na valorização dos colectivos sobre os protagonismos individuais; e, sobretudo, na forma como, apesar de todas as pressões, tem conseguido afirmar a ideia de que o sindicalismo só vale a pena enquanto for o terreno da política do concreto, autónomo e desconfiado em relação às estratégias partidárias de luta pelo poder. Em nada disto ela é perfeita, mas em tudo isto ganhou km de avanço no movimento sindical.

Na impossibilidade de arranjar um candidato a secretário-geral que fosse a soma do melhor que existe nas duas candidaturas, estou convencido que a Manuela Mendonça (para além de ser proposta pelos dois maiores sindicatos e pertencer ao género e sector de ensino largamente maioritários na

profissão docente), pelas suas características pessoais, não extravasará as funções de coordenadora de um colectivo, valorizará a vertente reflexiva e propositiva da acção sindical, fomentará a unidade e a autonomia de cada sindicato, respeitará os princípios básicos do movimento sindical unitário, bem como as especificidades do sindicalismo docente, e contribuirá para darmos mais um passo no sentido da transformação dos partidos em correias de transmissão dos sindicatos – único caminho para a emancipação dos trabalhadores. ▶

J.A. Faria Pinto,
coordenador da Área Sindical do Porto do SPN

Abertura às novas realidades

Apoio a candidatura da camarada Manuela Mendonça, em síntese, por ser ela quem, no meu entender, melhor poderá representar uma Fenprof combativa e, simultaneamente, aberta às novas realidades.

Os tempos difíceis que os professores enfrentam não se devem apenas a um aumento da intensidade da ofensiva do neoliberalismo na área da educação, representada por este governo, como muitos erradamente querem fazer crer, mas prendem-se com mudanças qualitativas, objectivas, no domínio dos factores que intervêm na relação de forças e que não foram ainda bem compreendidas e assimiladas de forma a se reflectirem adequadamente na acção.

No actual contexto, pretender que, para se inverterm as derrotas que acabaram de se verificar, o que é preciso é “mais do mesmo”, será um erro grave que poderá conduzir os professores, quiçá, a mais aprofundadas derrotas.

Uma das coisas que mudou foi a importância de justificar perante a opinião pública – tarefa tanto mais difícil quanto se sabe que ela se encontra sujeita a forte manipulação – todas as nossas posições e reivindicações, por mais óbvias que nos pareçam as nossas razões. Não basta saber falar para o interior da classe, o que continuará, evidentemente, a ser indispensável. Mas esse saber falar “para dentro” terá cada vez mais que ser coerentemente conjugado com o saber falar “para fora”, falar para a sociedade, destacar o papel que os professores desempenham, e podem desempenhar ainda mais, na democratização do ensino, na promoção de uma escola de qualidade e de sucesso para todos, em que o tradicional papel da escola, como reprodutora da estratificação social, como instrumento da selecção social, seja o mais possível substituído pelo seu papel de promoção da igualdade de oportunidades e de ascensão social dos mais desfavorecidos.

Uma luta consequente pela melhoria da situação sócio-profissional dos professores tem que ser cada vez mais entrelaçada com a luta pelo aumento do reconhecimento social da profissão, que a projecte publicamente como uma classe docente responsável e prestadora de contas quanto à sua própria actividade, que saiba apontar à sociedade as razões que limitam ou impedem uma maior qualidade e um maior sucesso da escola e apresentar propostas que permitam a realização de progressos.

Sem dúvida que, para mim, a camarada Manuela Mendonça é quem melhor impulsionará e coordenará este difícil e ambicioso trabalho, que não se compadece com demagogias fáceis ou difíceis e que exige a congregação frutuosa das várias sensibilidades sindicais, num esforço real, e não apenas retórico, de busca da unidade e dos caminhos novos que é preciso trilhar para se poder estar em condições de alcançar o sucesso. ▶

João Cunha Serra,

*Direcção do SPGL,
coordenador do Departamento
do Ensino Superior e Investigação da Fenprof*



Adriano Rangel

Perfil estimulante e adequado

É nos anos de trabalho conjunto que radica o apoio que aqui e agora venho expressar à candidatura da professora Manuela Mendonça para secretária-geral da Fenprof.

Deste percurso assim partilhado, posso e quero testemunhar, relativamente à professora Manuela Mendonça, a capacidade de liderança substantiva, o empenhamento fecundo e permanente, a disponibilidade quotidiana, a exigência de aprofundamento no trabalho realizado e a rara lucidez na actuação proposta.

Um perfil que, a meus olhos, se mostra estimulante e absolutamente adequado ao cargo a que se propõe neste tempo de outros e novos desafios. ▶

Rui Assis, *Jurista do SPN*



Paulo Sucena está de saída

A Fenprof terá o futuro que os dirigentes forem capazes de construir

13 anos depois de ter tomado posse, Paulo Sucena cessa voluntariamente funções de secretário-geral no 9º Congresso Nacional dos Professores. Destaca como maior alegria a realização da manifestação de solidariedade com Timor; considera que as decepções foram momentâneas; quer ser recordado como um homem simples e fraterno, que nunca se pôs em bicos de pés. Para o futuro, promete dedicar mais tempo à escrita e aos amigos e manter uma cidadania activa.



*Aprender antes de tudo
a respirar nestes dias incertos
sufocados pelo áspero silêncio
destas baças e tão clorídricas horas
a que teimosamente resistimos
(...)*

“Amor e Raiva”, Paulo Sucena

Ainda te recordas da divisa do congresso em que foste eleito secretário-geral da Fenprof? Vês alguma relação com o lema do 9º Congresso, que aí vem?

O tema “Valorizar a Profissão / Uma Escola Pública de Qualidade” ajustava-se perfeitamente aos contornos político-sindiciais em que decorreria o 5º Congresso, realizado em Maio de 1995. Efectivamente, havia inequivocamente indícios de um pensamento privatizador na área da educação, nomeadamente na Educação Pré-Escolar, o que levou a Fenprof a tomar posição, quando praticamente ninguém o fazia, em defesa da Escola Pública, consubstanciada na exigência de parâmetros da mais alta qualidade que permitissem uma eficiente dinamização do seu funcionamento. Estou a referir-me, evidentemente, em primeiro lugar, à qualidade científica e pedagógica.

Quanto à segunda parte da pergunta, não só vejo uma ligação entre os lemas do 5º e do 9º congressos como observo com facilidade esse veio da defesa da Escola Pública a percorrer os 12 anos que os separam. Aliás, as duas vertentes do tema do 5º Congresso foram por nós fortemente sublinhadas para dizermos ao Governo, qualquer que ele fosse, saído das eleições de Outubro daquele ano, que a Fenprof não declinava nenhuma das suas bandeiras reivindicativas.

Desde então, o estatuto profissional e social dos educadores/professores foi-se alterando. O que significa ser professor hoje? E no futuro?

Já escrevi para a «SPN-Informação» sobre esse tema, por isso, posta de lado a sabença, apetece-me dizer que se é professor hoje, sob o ponto de vista profissional, com a mesma alegria com que se bebe, em jejum, um copo de óleo de fígado de bacalhau. E tal só acontece porque o Governo degradou despidoradamente o estatuto profissional e social dos educadores e professores. E fê-lo tão violentamente que até os bêbados são mais felizes do que nós quando bebem o vinho da madrugada como se tomassem um sacramento. Isto cheira-me a Malcolm Lowry, mas ilustra o que quero dizer.

O futuro tornar-se-á num injusto pesadelo se não formos capazes de ajudar o país a livrar-se desta política.

Em traços gerais, o que falta fazer para tornar realidade o lema do 9º Congresso?

Não é possível melhorar o sistema educativo sem um investimento sério no orçamento para a educação. Isto significa um esforço financeiro muito grande, tais são os atrasos nesta área de que o principal responsável foi o regime ditatorial. Na verdade, só se avança

se, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior, o sistema for dotado das verbas de que precisa e não com orçamentos que o asfixiam. Por outro lado, dar mesmo prioridade à educação significa também dotar as estruturas de gestão e administração democráticas das escolas dos recursos necessários ao exercício de uma vera autonomia e a uma eficaz prossecução dos objectivos inscritos nos projectos educativos dos estabelecimentos de ensino.

É evidente que a dinâmica e a finalidade do complexo e diversificado funcionamento das escolas/agrupamentos passa muito pela qualidade dos docentes e por isso é indispensável investir, com rigor e eficiência, na formação inicial e contínua dos docentes e desenvolver políticas que contribuam para o prestígio social e profissional da classe e mobilizem condições para uma cada vez mais alta e sólida profissionalidade dos professores e educadores.

Finalmente, dar mesmo prioridade à educação passa por uma política de Acção Social Escolar inequivocamente adequada às graves assimetrias sociais, económicas e culturais que existem na sociedade portuguesa e afectam negativamente largos milhares de alunos.

Enquanto secretário-geral, quais as equipas ministeriais que destacas pela positiva e pela negativa?

Todas as equipas ministeriais tiveram aspectos positivos e negativos, com excepção da actual, que é uma calamidade para a educação e tem em cada um dos seus membros um sicário da dignidade profissional e humana dos docentes. +





Ana Alvim

Ao longo destes anos, que momento te proporcionou maior alegria ou te fez sentir mais reconfortado?

Todos os que vivi durante os 20 anos de permanência no Secretariado Nacional, em que tudo foi mais intenso nos 13 anos como secretário-geral, pelo peso das responsabilidades inerentes ao cargo.

Todavia, gostaria de destacar no amplo arco da acção da Fenprof, amplitude que faz da nossa Federação uma organização singular e incontornável da sociedade portuguesa, uma iniciativa que teve a responsabilidade de dinamizar e coordenar e me enche, de júbilo – a grande manifestação de solidariedade ao povo de Timor Lorosae. Na verdade, a Fenprof conseguiu congregiar na sua sede um significativo número de organizações sociais e sindicais e um grande leque de partidos políticos, do MRPP ao CDS-PP, que pela primeira e única vez desfilaram juntos pelas ruas de Lisboa.

Por razões óbvias, foi um trabalho que me deu grande alegria realizar, e fi-lo como sempre tentei fazer tudo na vida: com espírito de abertura e respeito por todas as opiniões, com tolerância crítica e construtiva, preocupado somente com a construção de soluções e nunca voltado para o agravamento dos problemas. Talvez por me pautar por estes princípios, e não por quaisquer outras qualidades pessoais, aquela abrangente plataforma cívica, sindical e política escolheu-me para, em seu nome, falar no termo da marcha por Timor Lorosae. Devo confessar que essa escolha reforçou o meu modo de estar na vida.

E o inverso? Qual foi a maior decepção?

As decepções foram momentâneas, porque se toda a festa tem laivos de tristeza, da tristeza também nasce a festa, tal como do desapontamento nasce o ânimo. Sempre encarei o sindicalismo, como a vida, de uma forma dialéctica.

Como gostarias de ser recordado enquanto secretário-geral da Fenprof?

Como um homem simples e fraterno que nunca na vida se pôs em bicos de pés para que o vissem.

Pela experiência que acumulaste, qual te parece que deve ser perfil do secretário-geral da maior federação de professores portugueses?

O perfil que tiver, porque foi com esse perfil que ele ou ela foi eleito ou eleita democraticamente.

Até que ponto a possibilidade de uma mulher te suceder na liderança do Secretariado Nacional poderá alterar a actuação da Fenprof?

O masculino e o feminino não são géneros antagónicos, por isso a actuação da Fenprof continuará a ser definida colegialmente, ainda que também com a marca de quem for secretário-geral, mas uma marca que provirá muito mais da sua capacidade de análise crítica, de reflexão, de dinamismo e de gerar consensos do que do género.

Como perspectivas a acção da Fenprof nos próximos tempos? Deve ser meramente reivindicativa ou o sindicalismo de hoje requer uma visão mais ampla?

O sindicalismo de hoje, como o de ontem, tem de ser necessariamente reivindicativo, o seu coração deve pulsar nas escolas, a sua acção deve ser amplamente abrangente, de afirmação da classe docente, de forma autónoma e independente de forças político-partidárias, religiosas ou outras. Mas também não tenho quaisquer dúvidas de que a dimensão reflexiva e crítica da profissão e das políticas educativas, bem como da sociedade e das suas contradições e injustiças, é indispensável ao desenvolvimento de um sindicalismo consequente. A sociedade não é uma soma de mónadas leibnizianas. Não a podemos olhar como um somatório em que a mónada da educação fosse uma das parcelas e a única importante. Tal visão seria extremamente redutora e incapaz de se aperceber dos complexos e contraditórios problemas que cruzam a sociedade portuguesa e que o capitalismo neoliberal e a política deste Governo têm agravado perigosamente, tornando-se assim necessária a conjugação de esforços dos sectores público e privado, na busca de estratégias que possam eficazmente defender e afirmar os direitos dos trabalhadores e a sua dignidade humana e profissional.

Enquanto organização, que futuro para a Fenprof após este congresso?

A Fenprof terá o futuro que os professores e os seus dirigentes forem capazes de construir. ▶

25.04.1974-2007

**É possível falar sem um nó na garganta.
É possível amar sem que venham proibir.
É possível correr sem que seja a fugir.
Se tens vontade de cantar, não tenhas medo: canta.**

**É possível andar sem olhar para o chão.
É possível viver sem que seja de rastos.
Os teus olhos nasceram para olhar os astros.
Se te apetece dizer não, grita comigo: não!**

**É possível viver de outro modo.
É possível transformar em arma a tua mão.
É possível viver o amor. É possível o pão.
É possível viver de pé.**

**Não te deixes murchar. Não deixes que te domem.
É possível viver sem fingir que se vive.
É possível ser homem.
É possível ser livre, livre, livre.**

*Manuel Alegre, Letra para um hino
("O Canto e as Armas")*



Ana Alvim

A democratização do ensino no Portugal democrático

Numa espécie de revisitação aos escritos de Rui Grácio – cíclica como todas as revisitações, e obrigatória no caso do autor em apreço –, procurando elementos para um possível balanço da educação portuguesa pós-Abril de 74, damos de imediato com dois ou três textos que antecipam o muito que aconteceu aos longos dos últimos 33 anos.

Rogério Ribeiro



Ana Alvim

A problemática da *democracia do ensino* foi um dos campos de investigação a que Rui Grácio deu particular importância, tendo concluído que podem ser cinco as acepções deste conceito, numa espécie de *pauta de análise conceptual*. A saber:

1. Direito à educação, tendo em conta a composição social do contingente escolar;
2. Conteúdos e valores democráticos explícitos e implícitos nas mais variadas vertentes curriculares e nas formas de materialização do processo ensino-aprendizagem;
3. Governo e funcionamento das escolas, que nos transporta para as relações intra-institucionais, ao nível dos órgãos e das formas relacionais, e as que se estabelecem entre estas e as autoridades político-administrativas da educação, como sejam a Administração Central, Regional e Local;
4. Participação de interesses sociais e culturais organizados, bem como de grupos directamente implicados, como sejam os professores, os alunos e os pais;
5. Relações de articulação do sistema educativo com os objectivos políticos, salvaguardando uma participação que deverá ser a mais abrangente possível, tendo em vista o desenvolvimento económico, tecnológico, social e cultural.

Quando, em 1978, foi convidado a efectuar o balanço da democratização educativa nos quatro anos que, então, a revolução de Abril levava – numa listagem francamente positiva, cuja ordenação foi deliberada –, Grácio avançava com cinco pontos que se enquadram, claramente, nas acepções identificadas. +

Tendências pertinentes

“Se vier a prevalecer um neo-capitalismo liberal, a lógica subjacente ao sistema conduzirá à funcionalização do aparelho de ensino na perspectiva dos interesses de grandes grupos económicos que terão entretanto conseguido lograr a reprivatização das áreas mais lucrativas do sector público”.

“A pretensão de alongar a escolaridade obrigatória será limitada na sua concretização por carência de meios financeiros (...) e pela persistência de obstáculos ou limitações sociais no acesso à escola”.

“A selectividade do sistema de ensino (...) continuará a ser socialmente determinada: os privilegiados escolares recrutar-se-ão, de maneira geral, entre os privilegiados sociais. Não-de caber-lhes, por mediação de estudos superiores, universitários de preferência, funções profissionais e sociais de concepção, pesquisa, enquadramento e mando. As funções subordinadas de execução e aplicação – quadros técnicos, mão-de-obra qualificada e indiferenciada – serão asseguradas por qualificação profissional intermédia e por um ensino rudimentar, ou pouco mais que rudimentar”.

“A desigualdade de recursos educativos postos à disposição das populações manifestar-se-á desde o ensino básico: preservação de horários diferenciados (regime normal, duplo, mesmo triplo)” ao Ensino Secundário, “com a paulatina restauração da dualidade dos ensinos geral e técnico-profissional, sob a alegação de racionalizar os recursos, adaptando-os à diferenciação das «vocações», e de tirar delas o melhor rendimento, encaminhando «vocacionalmente», desde cedo, uns alunos para a vida activa ou para estudos curtos, e para estudos longos os que evidenciaram «mérito» bastante”.

“Disparidade de recursos educativos ainda no planeamento da rede escolar: sob o discurso da igualdade de oportunidades, do ordenamento do território e da regionalização prevalecerá a potenciação escolar das zonas de concentração urbana e industrial, dos pólos de desenvolvimento actual ou virtualmente mais lucrativos, para além da consabida pressão de caciques e de clientelas eleitorais”.

“Um discurso humanístico exaltante da polivalência cultural e profissional, do primado do humano sobre o económico, etc., dissimulará dificilmente o facto seguinte: o sistema reclama do subsistema educativo a produção de uma reserva potencial de desempregados e de uma reserva de pessoal de diferentes níveis de qualificação, habilitado com as destrezas e os saberes correspondentes às diferentes responsabilidades, e capaz, pelo menos uma fracção, de mobilidade e reconversão profissional”.

“Os «agentes de ensino»” terão “uma formação inculcadora de hábitos e atitudes, (...) favorável à passividade das condutas, não obstante a apologia, literária, da pedagogia activa e da recomendação do uso de modernas tecnologias de comunicação”, que “(...) será temperado por uma preparação para a docência fragmentada (cisão teoria/prática, nomeadamente) e dispersiva”. (...)

O primeiro refere a inspiração democrática dos conteúdos de aprendizagem em todos os graus e ramos de ensino; o segundo remete-nos para a dignificação do estatuto pedagógico, social e cívico do professorado, nomeadamente através de uma maior autonomia na definição dos conteúdos e na orientação do processo educativo, a que junta a dignificação salarial dos docentes, com particular destaque para a liberdade de organização sindical; o terceiro parâmetro relaciona-se com a gestão democrática dos estabelecimentos de ensino e a maior iniciativa pedagógica das escolas (facto a que não é alheia, no seu entender, a prática instituída de diálogo entre as autoridades educativas e os grupos de interesses que influem no campo educativo); o quarto ponto serve para referir a articulação dos objectivos educativos com os da sociedade em geral, onde se enaltece a abertura das escolas à comunidade e a vontade de se afirmarem como um elemento participante na transformação social e na prestação de serviços à comunidade; por último, a substituição da função reprodutora da escola por outra, centrada na democratização da formação social, de que a existência de um currículo por fases no Ensino Primário, a unificação do Ensino Secundário e a discriminação pela positiva, por forma a corrigir as desigualdades sociais ou a abordagem do analfabetismo segundo estratégias de participação contextualizada, são alguns exemplos.



Ana Alvim

Cenários confirmados

Dez anos volvidos sobre o 25 de Abril, o autor foi novamente convidado a efectuar um balanço. Ciente da “dificuldade do tentame”, no seu linguajar próprio, constata que “algumas medidas e algumas práticas experimentaram inflexões e suspensões negativas, que outras não tiveram continuidade ou desenvolvimento suficiente”, ou, dito de outro modo, tal como em outros sectores, “também aqui se verificou algum refluxo [...] perante o curso da Revolução de Abril, vista por uns como promessa a cumprir, por outros como ameaça a esconjurar”.

Rui Grácio recupera a listagem, reafirma-a, mas numa perspectiva de evidenciar as potencialidades do conceito, isto é, deixamos de estar perante uma *listagem francamente positiva*, e passamos a ter uma *listagem positiva das potencialidades* do desenvolvimento da educação escolar em Portugal. E o autor não se esquece de sublinhar: *das potencialidades!*

Este certo desencanto, que na altura perpassava no seu discurso, estaria certamente relacionado com a percepção que tinha do caminho que o país tomava, confirmando um dos cenários por ele traçados três anos antes – aquele que estava mais distante do autor –, quando questionava os caminhos a seguir: o do neo-capitalismo liberal ou o da democracia socialista.

Estávamos, portanto, em 1981. Portugal havia pedido a adesão à Comunidade Económica Europeia. No campo educativo, longe estava, ainda, a definição de um estatuto profissional para os docentes; mais perto, a clarificação da *coisa educativa* expressa numa Lei de Bases do Sistema Educativo. Instado, nesse ano, a perspectivar o sistema de ensino em Portugal, o autor, advertindo que em educação “não há lugar para posições axiologicamente neutras”, faz uma caracterização do modelo neo-capitalista liberal.

Antes de mais, considera que, neste contexto, que se caracteriza por uma “sociedade fortemente estratificada, marcada por acentuadas desigualdades económicas e culturais, a concretização de tais direitos [direito à educação e à cultura], é severamente prejudicada”, pois os “bens culturais, como os bens materiais, são privilegiadamente apropriados pelas minorias dominantes”, pelo que os “mecanismos de controlo social regulam o acesso das maiorias sociais à educação”, originando a “reprodução das relações de dominação social”.

Nesta caracterização, dada a clareza da exposição, o melhor será dar voz ao próprio (*Tendências pertinentes*).



Ana Alvim

Adivinhação?

Trinta e três anos após o 25 de Abril, e vinte e seis sobre estes escritos, fazendo a devida justiça ao autor, torna-se evidente que o sentido estratégico global da educação, como dos diversos sectores sociais, é indelevelmente marcado por este modelo neo-liberal. Adivinhação?

Não, e o próprio autor explica porquê: “o que pretendemos na verdade sugerir é que elas [as medidas descritas] são o produto lógico subjacente a um sistema que tem a sua coerência”. Pelo que, cremos, mais do que traçar cenários, Rui Grácio tinha-se proposto realizar a caracterização das políticas educativas do Portugal vindouro. Ou, como diria José Alberto Correia a respeito deste texto prospectivo, “as tendências descritas, ou melhor, proscrias, mantêm a sua pertinência e parecem mesmo constituir um roteiro interpretativo da evolução do campo educativo em Portugal”. ▀

(...) “Será reconhecido que todo o futuro educador profissional deve ter uma formação de nível superior, porém com actividade crítica discreta e (vã aspiração) ideologicamente neutra”.

“Um esmerado planeamento curricular acabará por desfechar em muita ciência compendiada, bastante psicologia da mesma espécie, sociologia pouca, de preferência nenhuma”.

“Os lineamentos basilares do sistema, esses, serão submetidos – estamos «em democracia», não é verdade? – à apreciação dos deputados e da Comissão de Educação da Assembleia da República. (...) Um código imperativo de normas pomenorizadas, central e superiormente definido, pesará sobre todo o sistema, limitando a iniciativa criadora da periferia e da base, designadamente a das escolas. Aqui, a figura do professor reverterá tendencialmente ao papel de provedor de um saber que se não pediu, de regedor de uma disciplina heterónoma, de juiz sem apelo do psitacismo discente, de animador da competição individualista”.

“A nossa hipótese é a de que tais tarefas [planeamento e gestão do sistema educativo] serão principalmente cometidas aos doutos: técnicos dos serviços, professores de confiança assegurada, consultores estrangeiros”.

“A gestão colegial e participada será gradativamente encaminhada para o formato da tutela forte: «um director, um regulamento»... Das escolas às instâncias centrais, programas de racionalização do sistema — normalizá-lo, dar-lhe eficiência — constituirão, neste como noutros sectores da vida nacional, a nova grande oportunidade dos tecnocratas, só na aparência servos indiferentes de um qualquer amo”.

“Serão criadas estruturas ou canais de consulta dos interesses empresariais, de organismos profissionais. As associações sindicais de professores serão ouvidas, se se fizerem lembradas. Não precisarão, em principio, de dar-se a esse trabalho as chamadas associações de pais, nem tão pouco os organismos especializados da Igreja Católica, consultados umas e outros mesmo «informalmente”.

“É que a sociedade portuguesa experimenta (...) um momento de crise económica internacional grave e prolongada. Ela cria constrições financeiras que serão, de resto, uma das determinantes dos programas da racionalização que ficaram aludidos, bem como de ásperos conflitos de interesses na distribuição de recursos minguados”.

“O leitor não nos fará a injustiça de crer estarmos sugerindo – nestas reflexões prospectivas para que fomos desafiados – que os futuríveis descritos resultam, ponto por ponto, de decisões inteiramente cientes do significado que lhes estamos atribuindo”.

Textos de referência: A Educação, Quatro Anos Depois (1978), Perspectivas Futuras (1984), A Educação, Dez Anos Depois: que transformações, que rupturas, que continuidades? (1995), em «Obra Completa: Da Educação» (Fundação Calouste Gulbenkian).



Lila Downs em Guimarães

No seu mais recente trabalho, «La Cantina: entre copa y copa», que irá apresentar no Centro Cultural Vila Flor (26 de Abril, às 22h), Lila Downs evoca a riqueza da cultura mexicana, explorando as tradicionais canções *rancheras* numa sucessão de ritmos e baladas que recriam o ambiente das populares tabernas mexicanas.

Filha de um pintor norte-americano e de uma indígena mixteca, Lila Downs tornou-se conhecida junto do grande público com “Burn it Blue”, gravada com Caetano Veloso para a banda sonora de «Frida» – protagonizado por Salma Hayek –, que lhe valeu a nomeação para o Óscar de melhor canção original.

Em 2005, com «One Blood/Una Sangre», venceu o Grammy para o melhor disco de música folk, mas o seu trabalho mais emblemático talvez seja «Border/La Línea» (2001).

Absolutamente a não desperdiçar!



Educadores pela paz reúnem em Chaves

Com o apoio do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), o XXI Encontro Galego-Português de Educadoras e Educadores pela Paz vai ter lugar em Chaves, no fim-de-semana de 4 a 6 de Maio.

Além da reflexão e debate em torno do tema central – “A Perspectiva de Género na Cultura de Paz” –, o programa do encontro reserva espaço para apresentação de experiências e de materiais, jogos cooperativos e actividades práticas em oficinas: “Dançoterapia” (Maria Antónia Pereira, Brasil), “As questões de género na aula”, (Artemiza Coimbra, EB2/3 de Jovim, Gondomar), “Expressão dramática na cultura de paz” (Marcelino de Sousa Lopes, UTAD, Chaves), “Poemas para trabalhar a paz: construir a pomba” (Bernardo Carpenente, Galiza), “Modos de socialização e justiça de género” (Ana Iglésias e Ana Sánchez, Galiza), “O relaxamento e a risoterapia na educação: jogos, danças e exercícios” (Montserrat Sanmartín Gómez, Galiza).

Outro momento importante da iniciativa prende-se com o processo de fortalecimento do movimento transfronteiriço luso-galaico dos educadores pela paz. Em análise estará a situação da Associação Galego-Portuguesa de Educação para a Paz (AGAPPAZ), que é já uma realidade.

Informações/inscrições

helena.proenca@netvisao.pt
212 156 303 (Helena Proença)



Encontros de Pedagogia Social na Católica

Reconhecendo a importância da Pedagogia Social enquanto conhecimento científico de referência da prática sócio-educativa, o Instituto de Educação da Universidade Católica Portuguesa desenvolve um conjunto de iniciativas destinadas a promover o diálogo reflexivo entre investigadores, pedagogos e agentes de intervenção social e comunitária.

Realizados com periodicidade regular e abrangendo uma diversidade de temas e problemáticas, os Encontros de Pedagogia Social inserem-se nessa dinâmica de formação, investigação e acção e pretendem ser um espaço vivo de debate, animado pela partilha de saberes, estudos e experiências.

No dia 4 de Maio, no Campus da Foz (Porto), realiza-se um encontro sobre “Mediação Social: Reptos de uma Nova Cidadania”. De manhã, estarão em debate os *Desafios à Formação e à Investigação*; à tarde funcionará um painel sobre *A Mediação como Prática Sócio-Pedagógica*, abordando temas como ‘Mediação de Aprendizagem’, ‘Mediação Escola-Comunidade’, ‘Mediação Familiar’ e ‘O Professor como Mediador’.

Informações

rrodrigues@porto.ucp.pt
226 196 259



Jornais escolares em exposição no MNI

Até 31 de Maio, está patente no Museu Nacional da Imprensa, no Porto (Freixo), uma interessante mostra de imprensa escolar, reunindo os jornais participantes na última edição do concurso promovido pelo projecto “Público na Escola”.

Com entrada gratuita, o certame é constituído por mais de 150 trabalhos, destacando as duas dezenas de publicações premiadas, provenientes de escolas dos ensinos Básico e Secundário de todo o país. As publicações expostas distribuem-se por escalões correspondentes ao grau de ensino da escola participante, e os jornais electrónicos estão disponíveis através de uma aplicação multimédia.

Para além dos jornais escolares, os visitantes podem apreciar outras mostras, designadamente: “*Memórias vivas da imprensa*” (permanente), “*José Saramago segundo Agostinho Santos: Pintura e Desenho*” e “*Eça em Caricatura*”.

Museu Nacional da Imprensa

Estrada Nacional 108, nº 206
225 304 966

Todos os dias, 15h-20h

Por muito que se tente fazer de conta que não, o 9º Congresso da Fenprof ficará marcado por uma circunstância que se sobrepõe à importância da discussão e aprovação do plano de acção para o próximo triénio. Pela primeira vez, haverá mais do que um candidato ao cargo de secretário-geral – até agora, sempre votado na primeira reunião do Conselho Nacional (CN) eleito por cada congresso.

Democraticamente, e esgotadas todas as hipóteses de consensualizar uma candidatura única no âmbito do Secretariado Nacional (SN) que cessa funções, Manuela Mendonça (SPN) e Mário Nogueira (SPRC) são, até ao fecho desta edição, os dois candidatos anunciados à sucessão de Paulo Sucena.

Democraticamente, o SN aprovou por unanimidade, e vai propô-la ao congresso, uma alteração aos estatutos da Fenprof, que, a ser aprovada, apenas produzirá efeitos no congresso seguinte (redução do CN).

Democraticamente, a candidatura de Mário Nogueira (membro do SN cessante, como Manuela Mendonça) tem feito constar que também pretende propor, agora, uma alteração estatutária, e já com efeitos no decorrer deste congresso (eleição “directa” do secretário-geral).

Democraticamente, até agora, esta proposta de alteração pretendida sempre foi rejeitada – também pelos que agora a propõem – porque põe em causa o conceito original da Federação.

Que força é essa, amigos?

P.S.: Algumas horas depois de escrever estas linhas, soube que o Mário David Soares pediu a demissão da Direcção do nosso sindicato (de que é o sócio nº 13) e que integra a lista de Mário Nogueira como candidato a presidente do Conselho Nacional. Não fiquei nada contente com a pertinência do que escrevi, mas enfim... Tu lá sabes, caro M.D.S., se foi este o “consenso” por que te bateste...

Democraticamente, portanto, a Fenprof que conhecemos hoje pode acabar amanhã – assim os congressistas partidários da candidatura de Mário Nogueira queiram, e consigam fazer aprovar.

Democraticamente, as organizações democráticas – e não só, evidentemente – são tão marcadas por grandes gestos e esper-tezas pequenas como por gestos pequenos e grandes esper-tezas. Basta espreitar na história dos partidos, arquétipos das organizações democráticas.

Democraticamente, parece que agora há forças que se sobrepõem à força da unidade que sempre caracterizou a Fenprof.

Que força é essa, que força é essa... ▶

António Baldaia



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO DE 00762007MPC PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL



nesta edição

a abrir

02. **A indesmentível verdade dos números**

editorial

03. **Pelo reforço da Fenprof**

acção sindical

A Fenprof reuniu com a Comissão Parlamentar de Educação, tendo pedido a apreciação parlamentar do decreto-lei que regula o primeiro concurso para professor titular. Entretanto, como era previsível, a diversidade de critérios está a provocar o caos nas contratações de escola. Para compor o quadro, o ministério continua a ser condenado em tribunal.

05. **Aprovadas as regras do primeiro concurso para professor titular**
06. **Caos nas contratações de escola**
07. **ME novamente condenado**

9º congresso da fenprof

Pela primeira vez, não foi possível encontrar uma candidatura consensual ao cargo de secretário-geral. Duas candidaturas foram apresentadas, uma delas por iniciativa do Sindicato dos Professores do Norte – Manuela Mendonça. “Uma Fenprof forte e combativa. Prestigiar a educação, a escola e a profissão” é o lema da candidatura.

08. **Uma perspectiva familiar**
10. **Intervenção de Manuela Mendonça na sessão de apresentação da candidatura**
12. **Depoimentos de apoio à candidatura**
22. **Paulo Sucena está de saída: A Fenprof terá o futuro que os seus dirigentes forem capazes de construir**

em foco

33º aniversário da Revolução dos Cravos

25. **“Letra para um hino”**
26. **A democratização do ensino no Portugal democrático**

apostas spn

30. **Música. Encontros. Exposição**

a fechar

31. **Que força é essa, amigos?**